



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 590/2021**

**PARECER JURÍDICO**

**PARTE INTERESSADA: Exmº Sr. Vereador Weliton Silva**

**EMENTA:** Altera a Lei nº 2.136/2020, que dispõe sobre programa de aquicultura no Município de Marataízes, e dá outras providências.

**I. INTROITO**

1. Trata-se de **Projeto de Lei Ordinária registrado sob o nº 34/2021**, versando sobre alteração da Lei Municipal nº 2.136/2020, que disciplina o Programa de Aquicultura do Município de Marataízes, protocolizado na Secretaria deste Poder Legislativo dia 05 de agosto do corrente exercício, juntamente com a mensagem que apresenta as razões para seu encaminhamento.
2. Subscrive a proposta o Excelentíssimo Senhor Vereador Weliton Silva.
3. Da cronologia processual tem-se: a) projeto de lei com justificativa que embasa a proposição (**fls.02 e 07**); e b) despachos eletrônicos (**fls. 08 a 12**).
4. A Douta Secretária Geral, após certificar a leitura da proposição em Sessão Ordinária realizada em 10 de agosto próximo passado, promoveu o feito ao Douto Procurador Geral (**fl. 11**).
5. Com a devida tramitação processual, o i. Procurador solicitou desta Assessoria Legislativa análise jurídica e emissão de Parecer sobre a proposição, **fase esta em que se encontram os autos.**
6. Instruindo o feito até o presente momento, **12 (doze) laudas.**
7. É a síntese do relatório, passo à análise.

**II. PARECER ANALÍTICO**

**II.1 Da competência da Procuradoria**

8. Inicialmente é de se destacar que o escopo desta manifestação jurídica é orientar aos Agentes Públicos quanto às exigências legais para a Prática do ato administrativo sob o aspecto jurídico-formal, vez que não é de competência desta Procuradoria examinar aspectos técnicos, orçamentários e de mérito, inclusive a veracidade das declarações/documentos carreados aos autos em que este parecer será juntado.
9. Lado outro, consigno que este entendimento técnico toma por base exclusivamente os elementos que constam no feito e que o alicerçam, vez que decorrem de atos administrativos que gozam de presunção de legalidade e veracidade, cabendo aos Agentes Públicos, em surgindo questões que carecem de melhor detalhamento, diligenciar para que se busque a excelência na redação.
10. Feito o destaque, é de se dizer que nos incumbe prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não competindo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração Pública, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.





11. Em sentido simétrico, busco os ensinamentos doutrinários do saudoso Hely Lopes Meirelles, o qual leciona:

[...] Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinatória, negocial ou punitiva. (MEIRELLES, 2010, p. 197).

12. Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua parecer como sendo “*a manifestação opinativa de um órgão consultivo em que este expende sua apreciação sobre o que lhe é submetido*”. (BANDEIRA DE MELLO, 2013, p. 444).

13. Marçal Justen Filho conceitua parecer nos seguintes termos: “*Os atos consultivos são aqueles em que o sujeito não decide, mas fornece subsídios a propósito da decisão. É o caso dos pareceres*” [...] (JUSTEN FILHO, 2012, p. 372).

14. Como de fácil tradução, o presente parecer busca traçar pontos estritamente legais a respeito da questão posta apresentando, quando possível, elementos que permitam colaborar com o Agente Público, como opinião, permitindo, pois, entendimento lógico de que, a rigor, não há previsão legal de exercício da função fiscalizatória dos atos administrativos pela assessoria jurídica, exceto quanto ao exame das minutas de instruções jurídicos em geral, analisando as normas pertinentes a cada caso concreto.

## II.2 Da possibilidade jurídica

15. O presente Projeto de Lei Ordinária versa sobre matéria de competência do Município, em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, I, da CRFB/88<sup>1</sup>, no art. 16, I da Lei Orgânica Municipal.<sup>2</sup>

16. Quanto à iniciativa, o norteamto, entre outras coisas, é dado pelo art. 62, *caput*, I, “d” e art. 87, ambos da Lei Orgânica do Município de Marataízes<sup>3</sup>, logo, concorrem os Poderes Executivos e Legislativo quanto a presente matéria.

17. De se destacar que a proposição discorre sobre **assunto de interesse local**, versando sobre aperfeiçoamento na redação de Lei Municipal que instituiu importante programa de geração de emprego e renda, no caso, ligado à aquicultura.

<sup>1</sup> **Art. 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

<sup>2</sup> **Art. 16** Compete ao Município de Marataízes:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

<sup>3</sup> **Art. 62.** Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para as matérias de sua competência privativa, dispor sobre todas as matérias de competência do Município especialmente:

I - sobre assuntos de interesse local, inclusive suplemento a legislação federal e estadual, notadamente no que diz respeito::

**Art. 87.** A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, que exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.





18. Socorrendo este Parecerista, o Supremo Tribunal Federal tem reiteradas decisões sob o aspecto da iniciativa legislativa:

"A disciplina jurídica do processo de elaboração das leis tem matriz essencialmente constitucional, pois residem, no texto da Constituição - e nele somente -, os princípios que regem o procedimento de formação legislativa, inclusive aqueles que concernem ao exercício do poder de iniciativa das leis. A teoria geral do processo legislativo, ao versar a questão da iniciativa vinculada das leis, adverte que esta somente se legitima - considerada a qualificação eminentemente constitucional do poder de agir em sede legislativa - se houver, no texto da própria Constituição, dispositivo que, de modo expresse, a preveja. Em consequência desse modelo constitucional, nenhuma lei, no sistema de direito positivo vigente no Brasil, dispõe de autoridade suficiente para impor, ao chefe do Executivo, o exercício compulsório do poder de iniciativa legislativa. [MS 22.690, rel. min. Celso de Mello, j. 17-4-1997, P, DJ de 7-12-2006. ]"

"Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. [ARE 878.911 RG, rel. min. Gilmar Mendes, j. 29-9-2016, P, DJE de 11-10-2016, Tema 917. ]"

19. Além disso, vislumbro que a proposição foi apresentada em contorno solo, logo, na forma do o art. 154, caput, do Regimento Interno.<sup>4</sup>
20. Feita a análise, tenho que, em relação à redação, a presente proposição contempla as normas pertinentes, não havendo óbice, no entendimento deste Parecerista, para sua regular tramitação.

### II.3 Da técnica de redação

21. Por oportuno, tenho que, para uma melhor compreensão, a redação da proposição poderia estar apenas apresentando os destaques que serão alterados, de forma a permitir visão rápida da importante intensão do nobre legislador.
22. Lado outro, tenho que, limitar o alcance do benefício a apenas composição com um órgão federal – SEAPE -, impossibilita tantas outras possíveis vertentes que, de certo, garantiria maior alcance e benefício da população a ser assistida.
23. Nessa toada, tenho que, sugerir alteração da grafia da presente proposição, possibilita contribuir para a melhor técnica de redação, bem como maior alcance aos benefícios que o honrado Edil busca alcançar a tão importante setor produtivo.
24. Assim, com a *vênia* de estilo, sugiro sejam alterados os seguintes artigos, mantendo-se os demais com a grafia proposta pelo n. Edil:

Art. 3º - **ONDE SE LÊ:**

Art. 3 - O Programa de incentivo à piscicultura no município de Marataízes terá os seguintes objetivos:

I – incentivar o desenvolvimento, produção, produtividade e comercialização dos produtos originários da atividade aquícola no município.

<sup>4</sup> Art. 154 A proposição de iniciativa de Vereador poderá ser apresentada individual ou coletivamente





II – estimular a Pesquisa para o desenvolvimento de novas tecnologias que facilitem o trabalho e aumento da produtividade.

III – promover a realização de cursos profissionalizantes para os piscicultores, com vistas às tecnologias aplicáveis à piscicultura e também relativas à produção, beneficiamento e comercialização podendo celebrar acordos, parcerias e convênios com as instituições de ensino.

IV - estimular a seleção dos peixes criados em cativeiros, promovendo o melhoramento de linhagens

V – definir com base em critérios técnicos, as potencialidades da região para incremento da piscicultura.

VI estimular a exploração da piscicultura junto as associações e cooperativas afins, como também junto aos agricultores familiares, como mais uma fonte de renda para o setor rural;

VII apoiar e estimular as diferentes formas de organizações dos piscicultores pra o processo de produção, melhoramento genético, beneficiamento, transporte e comercialização do peixe e outros subprodutos.

VIII proporcionar créditos necessários aos piscicultores, através de Projetos promovidos pela SEAPE:

IX – desburocratizar o licenciamento de propriedades rurais voltadas para criação e produção de peixes;

X – tais incentivos à produção, beneficiamento, melhoramento genético, transporte e comercialização deverão seguir as normas estabelecidas, sejam ambientais, tributárias e ainda, seguir os critérios estabelecidos pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

### **LEIA-SE:**

Art. 3 - [...]

[...]

VI – estimular a seleção dos organismos aquáticos criados em cativeiros, promovendo o melhoramento genético de linhagens.

[...]

VI – estimular a exploração da aquicultura junto as associações e cooperativas afins, como também junto aos aquicultores, como mais uma fonte de renda para o setor rural e/ou urbano;

VII- apoiar e estimular as diferentes formas de organizações dos aquicultores para o processo de produção, tratamento, melhoramento genético, beneficiamento, transporte e comercialização dos organismos produzidos e outros subprodutos.

VIII – proporcionar condições aos aquicultores, mediante programas de linhas de créditos que visem subsidiar o fomento à produção, promovidos pelos governos Municipal, Estadual e Federal e/ou, havendo condições jurídicas, parcerias com outros setores.

IX – Desburocratizar o licenciamento de propriedades rurais e/ou urbanas voltadas para criação e produção de organismos aquáticos;

[...]





25. Artigo 4º. **ONDE SE LÊ:**

Art. 4º - Cabe ao Poder Executivo, estimular a piscicultura com a adoção das seguintes medidas:

- I – criação de Centros de Treinamentos e Orientação;
- II – criação de estações apropriadas para o fomento;
- III – financiamento para o desenvolvimento de Projetos.

**LEIA-SE:**

Art. 4º - Cabe ao Poder Executivo, estimular a aquicultura com a adoção das seguintes medidas:

[...]

26. Artigo 5º - **ONDE SE LE:**

Art. 5º - O Poder Executivo destinará recursos por meio da SEAPE, para financiar Projetos na área de piscicultura, que serão desenvolvidas em regime familiar, principalmente através de organizações representativas.

**LEIA-SE:**

Art. 5º - Fica autorizado o Poder Executivo a destinar recursos por meio de convênios e/ou parcerias, conforme autorizado no inciso VIII do art. 3º, cujo escopo seja financiar projetos na área de aquicultura, que serão desenvolvidos em regime familiar, priorizando o benefício para as organizações representativas.

[...]

**II.3 Da tramitação**

27. O Regimento Interno dita que proposições como a aqui analisada deverá ser submetida ao crivo da Comissão Permanente de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação (**Art. 153, R.I.**)<sup>5</sup>, e seguirá os demais trâmites regimental, ressaltando que o seu parecer conclusivo ficará cingindo às matérias de sua exclusiva competência.
28. Pela evolução da análise, tenho que **HÁ POSSIBILIDADE JURÍDICA** para votação da proposição, cabendo à Douta Comissão permanente emitir seu relevante parecer na forma regimental bem como os atos que o sucederão.
29. Em relação a votação, deverá a matéria ser votada em turno único de discussão e votação, ressalvado o previsto nos arts. 155, 156 e 157, todos do Regimento Interno.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> **Art. 153** As proposições subscritas pela Comissão de Constituição e Justiça não poderão deixar de ser recebidas sob alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

<sup>6</sup> **Art. 155** As proposições não serão submetidas a discussão e votação sem parecer.





30. Para compor a plenária que irá analisar e votar o presente projeto de lei, exige-se quórum mínimo da **maioria absoluta dos Vereadores que compõem este Poder** e, para sua votação, a maioria dos votantes presentes, nas razões impositivas do Art. 217 do Regimento Interno.<sup>7</sup>
31. Vale ressaltar, que o Presidente da Mesa Diretora somente terá direito a voto em proposições com *quórum* de maioria simples, quando ocorrer empate, nos termos do art. 82, III, da Lei Orgânica Municipal, e art. 24, §2º, III, e art. 219, §4º, ambos do Regimento Interno.

### III. CONCLUSÃO

32. Nas razões aduzidas, esta Assessoria OPINA, ousando sugerir as modificações indicadas acima, cujo escopo é o de proporcionar maior alcance à importante iniciativa do Legislador, pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** do prosseguimento regular da proposição.
33. Destaco que a opinião levantada **não** substitui os importantes pareceres das Doutas Comissões Permanentes, em razão de sua legitimidade política neste Parlamento.

É como opino, salvo melhor juízo da Comissão Permanente.

À Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação, com as honras de estilo.

Marataízes, ES, 17 de setembro de 2021.

*Nelson Morghetti Júnior*  
Assessor Legislativo

**Art. 156** Nenhuma proposição poderá ser discutida e votada sem que a presença de seu autor tenha sido registrada pelo Secretário.

**Art. 157** Decorrido os prazos de todas as comissões a que tenham sido enviados, os processos poderão ser incluídos na Ordem do Dia, com ou sem parecer, pelo Presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador independentemente do pronunciamento do Plenário.

<sup>7</sup> **Art. 217** As deliberações da Câmara e de suas comissões, salvo disposições em contrário, serão tomadas por maioria dos votos, presente, no mínimo, a **maioria absoluta dos Vereadores**.

